



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,55% São Paulo 1,56% Nova York	180.915 179.284 9/310/311/312/3	R\$ 5,242 (+ 1,61%)	R\$ 1.621	R\$ 6,036	14,90%	14,72%	Outubro/20250,09 Novembro/20250,18 Dezembro/20250,33 Janeiro/20260,33 Fevereiro/20260,70

PETRÓLEO / Governo anunciou medidas semelhantes às adotadas em 2022, época do conflito entre Rússia e Ucrânia

Governo reduz impostos do diesel

» ROSANA HESSEL
» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

O governo federal anunciou, ontem, um pacote de medidas para tentar conter a alta do preços dos combustíveis no país, em meio à nova guerra no Oriente Médio que fez o barril do petróleo disparar no mercado internacional.

Ao lado dos ministros, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou a isenção da alíquota do PIS/Cofins sobre o diesel e, para compensar, aumentou para 12% a taxa sobre as exportações do petróleo. Além disso, criou um incentivo para a produção e importação de diesel, além de ações para combater a especulação e cobranças abusivas em postos. A expectativa é que, nas bombas, o litro do diesel caia R\$ 0,64.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que a renúncia fiscal será da ordem de R\$ 20 bilhões até 31 de dezembro deste ano, e o incentivo custará R\$ 10 bilhões no mesmo período. A expectativa de arrecadação com a nova taxa sobre as exportações de petróleo é estimada em R\$ 30 bilhões. “Você estão vendo que o preço do petróleo está saindo do controle em todos os países”, disse Lula durante o anúncio.

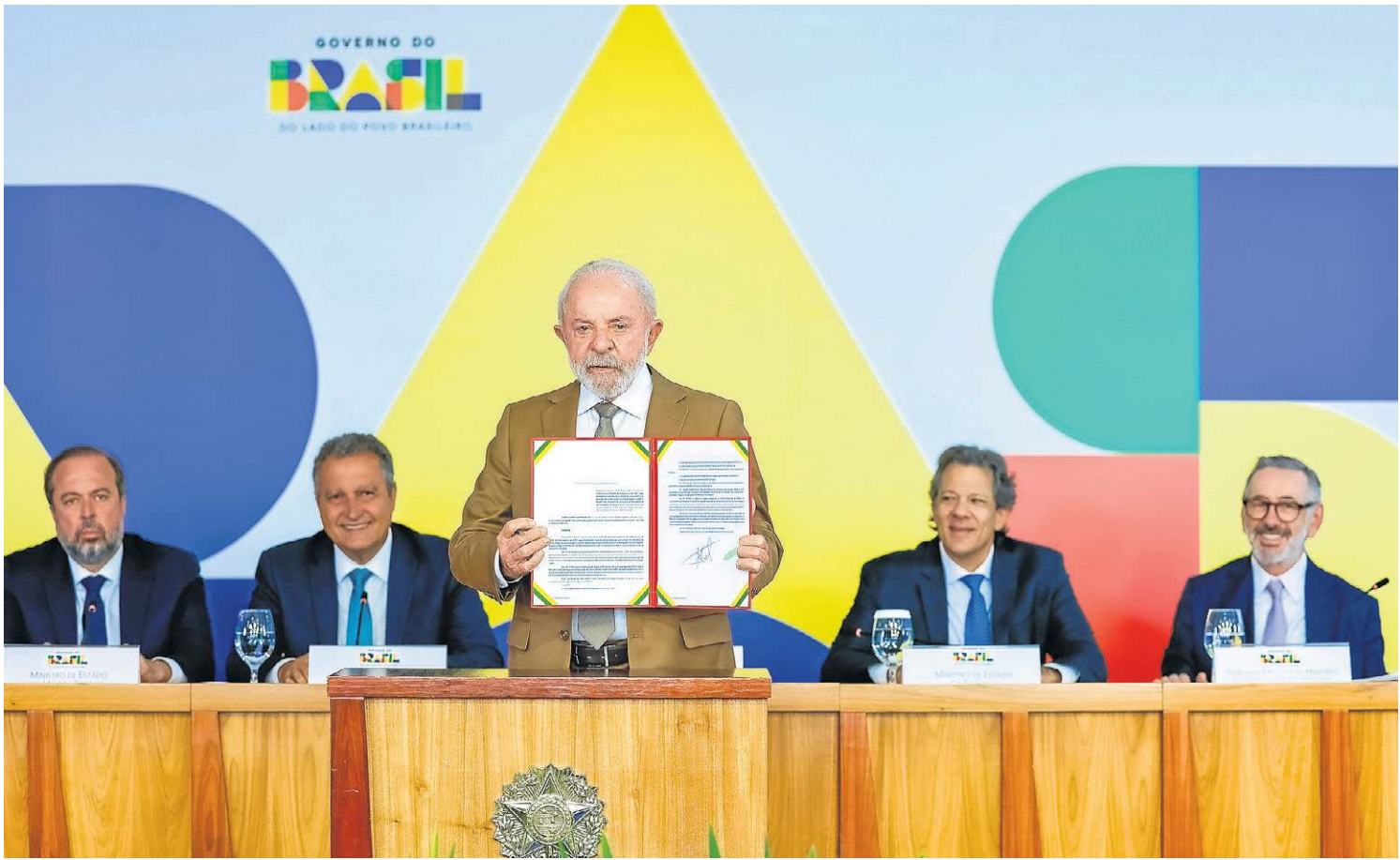
No momento do anúncio, o preço do petróleo tipo Brent — negociado em Londres e referência para os preços praticados pela Petrobras no mercado doméstico — estava acima de US\$ 100. Em resposta aos ataques coordenados dos Estados Unidos e de Israel, o Irã praticamente fechou o Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde passa de 20% a 25% da produção mundial de petróleo. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), é o maior bloqueio no fornecimento da commodity da história e isso tem gerado bastante instabilidade nos mercados globais.

O impacto das medidas, contudo, ainda é incerto, porque dependerá de quanto tempo durará a guerra no Irã, de acordo com especialistas. Eles reconhecem que as pressões inflacionárias decorrentes do aumento do preço do petróleo podem ser amenizadas, dependendo da duração do conflito no Irã.

O economista Fábio Romão, sócio da Logos Economia, destacou que a pressão do diesel na inflação é pequena, de 0,23%, mas, como a magnitude do reajuste na bomba prevista pelas autoridades, R\$ 0,64, se concretizar, o litro do diesel poderá cair de R\$ 6,08 para R\$ 5,44, o que seria um impacto direto de 0,02 ponto percentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passaria de 4,17% para 4,15%. “Contudo, é muito importante considerarmos os impactos indiretos desta mudança na precificação do diesel, que poderia chegar a -0,08 ponto percentual no IPCA, o que reduziria a nossa projeção de 4,17% para 4,09%”, explicou. “A gasolina pesa muito mais do que o diesel diretamente, mas os efeitos indiretos do diesel são relevantes”, salientou.

Na avaliação de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, a tributação sobre exportações de petróleo bruto para compensar a renúncia fiscal com com a isenção total de PIS/Cofins sobre o diesel, pode não ser suficiente, ao contrário do que anunciou o

Ricardo Stuckert/PR



Ao assinar as medidas, o presidente Lula destacou que “o preço do petróleo está saindo do controle em todos os países”

Reação ao conflito

Governo anunciou medidas para reduzir pressão sobre preços dos combustíveis aos consumidores

REDUÇÃO ESTIMADA DO DIESEL NAS BOMBAS

R\$ 0,32 Com a alíquota do Pis/Cofins zerada	R\$ 0,32 Com o incentivo a produtores e exportadores	R\$ 0,64 Total
--	--	--------------------------------------

MEDIDAS ASSINADAS POR LULA:

- **Medida Provisória (MP) 1.340, de 12 de março de 2026:** autoriza subvenção a produtores e importadores de diesel, e estabelece em 12% a taxa sobre a exportação de petróleo bruto
- **Decreto 12.875:** zera a alíquota do Pis/Cofins sobre a importação e comercialização de diesel
- **Decreto 12.876:** cria medidas de combate à especulação e à cobrança abusiva na venda de combustíveis



Valdo Virgo/CB/DA Press

governo. “Estimamos um custo fiscal total de R\$ 15,9 bilhões decorrente do subsídio e da redução de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, contra um ganho de receita de R\$ 12,9 bilhões com a tributação das exportações de petróleo bruto e diesel, de modo que as medidas não seriam fiscais neutras. No entanto, preços mais elevados do petróleo tendem a impulsionar outras receitas, o que pode ajudar a reduzir essa diferença no resultado fiscal”, afirmou.

“No conjunto, não consideramos que o aumento do imposto de exportação sobre petróleo bruto e diesel seja suficiente para compensar a perda de receita decorrente da redução de PIS/Cofins e do subsídio às vendas de diesel. Nossas estimativas apontam para um custo total de R\$ 15,9 bilhões contra um ganho de receita de R\$ 12,9 bilhões no cenário-base — a compensação

integral ocorreria apenas se os preços do petróleo ficasse próximo de uma média de US\$ 120 por barril, ou se todas essas medidas permanecessem em vigor até o fim do ano”, destacou Sbardelotto. Ele reportou que a receita extra para cobrir a renúncia fiscal dependerá do preço do barril do petróleo, pois um aumento de US\$ 10 no barril implica R\$ 10,7 bilhões em receitas líquidas neste ano.

Por outro lado, pelas estimativas do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, as medidas anunciadas pelo governo nascem “fiscalmente equilibradas”. Ele calcula que o impacto fiscal da renúncia tributária anual seria um pouco maior, de R\$ 32,4 bilhões, e a compensação com a tributação sobre as exportações de petróleo ficaria um pouco abaixo disso, em R\$ 30,8 bilhões. “A diferença, de R\$ 1,6 bilhão, seria facilmente

neutralizada pelo efeito de alta nas receitas oriundo do petróleo mais caro. Além disso, as autoridades frisaram o caráter temporário, condicionando a duração das ações anunciadas ao próprio transcorrer da guerra”, destacou Salto, em relatório enviado aos clientes.

Reuniões

O governo fez uma série de reuniões, desde o início da semana, para acompanhar a crise gerada pelo conflito no Oriente Médio. A maior preocupação do Planalto é conter a disseminação da alta do petróleo sobre os alimentos, justamente em um ano eleitoral.

A medida de redução de PIS/Cofins sobre o combustível é parecida com a adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022, quando Lula venceu as eleições. Naquele ano, a escalada dos



A diferença, de R\$ 1,6 bilhão, seria facilmente neutralizada pelo efeito de alta nas receitas oriundo do petróleo mais caro. Além disso, as autoridades frisaram o caráter temporário, condicionando a duração das ações anunciadas ao próprio transcorrer da guerra”

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos

preços dos combustíveis contribuiu para pressionar a inflação e fez o IPCA encerrar ano em 5,79% acima do teto da meta, de 4,50%. Agora, resta saber se o repasse dos R\$ 0,64 para cada litro do combustível será integralmente repassado pelos distribuidores e chegar para o consumidor na bomba.

“Estamos dizendo, em alto e bom som, que estamos fazendo um sacrifício enorme aqui. Uma engenharia econômica, para evitar que os efeitos das irresponsabilidades da guerra cheguem ao povo brasileiro”, disse Lula aos jornalistas. Ele pediu ainda a colaboração dos governadores, já que um dos impostos que incidem sobre os combustíveis em maior medida é estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Vamos fazer tudo o que for possível, e, quem sabe, esperar a boa

vontade dos governadores dos estados para que possam reduzir um pouco o ICMS, para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, do caminhoneiro, e, sobretudo, ao prato de feijão, à salada, a alface, à cebola”, acrescentou o chefe do Executivo. Segundo interlocutores do Planalto, há disposição do governo de negociar a redução do ICMS com os governos estaduais.

As ações anunciadas pelo Executivo não interferem nas decisões da Petrobras, segundo o governo. Lula assegurou que a estatal poderá decidir aumentar o preço interno do petróleo, o que diminuiria os benefícios sentidos pela população nas bombas. Questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, além de compensar a perda de arrecadação, a taxa de 12% sobre a exportação de petróleo também incentiva que o produto seja vendido às refinarias brasileiras, evitando o desabastecimento. “Não é razoável, mantidos os preços de produção estáveis como estão hoje no Brasil, que você tenha um aumento de lucros extraordinários em função de uma guerra, que não está sob o nosso controle resolver”, afirmou.

Haddad também admitiu que as medidas podem ser revistas se o conflito no Oriente Médio arrefecer. Na avaliação de Haddad, a pressão do aumento do preço do petróleo na economia interna dos EUA pode reduzir o apoio à guerra.

Fraudes na mira

Outra frente de ação do governo é o combate a práticas abusivas na cadeia dos combustíveis. O Executivo estabeleceu duas multas, que podem se sobrepor: uma entre R\$ 50 mil e R\$ 500 milhões para postos que elevarem os preços de forma abusiva em situações de conflitos geopolíticos ou calamidades; e outra, na mesma faixa de valor, para postos que interromperem o fornecimento de combustíveis de forma injustificada. O mesmo texto também obriga os postos a deixarem em local visível aos consumidores informações sobre a redução dos impostos federais.

Ao contrário da isenção do PIS/Cofins para o diesel, essa ação é de caráter permanente, como explicou o ministro da Casa Civil, Rui Costa. “Para coibir essas práticas lesivas ao consumidor e que não guardam relação com os custos e nem com as margens de lucros normais que as empresas têm, os órgãos de controle poderiam estar atuando e, portanto, é o que nós vamos fazer agora e essas medidas serão permanentes”, afirmou.

Segundo o ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, haverá uma cooperação maior entre a Receita Federal, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Polícia Federal (PF), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O governo detectou, por exemplo, nos últimos dias, que distribuidoras de menor porte seguiram a venda de combustíveis para os postos na expectativa de um aumento de preços, praticando especulação.